



COMUNICADO

Ao(À) Senhor(a) **Diretor(a) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (DIRIERI), Divisão de Correção [Pró-Reitor/Diretor/Autoridade responsável]**

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PROVA ESCRITA

EDITAL PROGEP Nº 100/2025

A Comissão Julgadora torna público o espelho de correção da Prova Escrita do Concurso Público para contratação de professor efetivo da Unidade Acadêmica - IERI, área: Relações Internacionais/Política Externa Brasileira.

TEMA SORTEADO: “A Política Externa Brasileira e as mudanças climáticas”

O que deveria ser abordado na dissertação do(a) candidato(a) para a obtenção da nota máxima:

1) Adequação ao Tema:

- O Brasil na governança ambiental global
- A Política Externa Brasileira Ambiental
- A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (UNCHE), em 1972, em Estocolmo
- O Relatório Brundtland (Nosso futuro comum), de 1987
- O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), criado em 1988
- A redemocratização e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), no Rio de Janeiro, em 1992
- A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), de 1992
- A Conferência das Partes (COP) 3 e o Protocolo de Quioto, de 1997
- A COP15, em 2009, e a formação do BASIC
- A Rio+20, em 2012
- A COP21 e a assinatura do Acordo de Paris, em 2015
- O retrocesso da agenda ambiental sob o Governo Bolsonaro
- A COP30, em 2025, e a reconstrução do protagonismo brasileiro

2) Aprofundamento do Tema:

- A governança ambiental a partir dos desafios da crise ambiental global e o papel do Brasil na reforma da governança ambiental global.
- A evolução da Política Externa Ambiental e a relação com as diretrizes gerais da Política Externa Brasileira desde os anos 1970 até os dias atuais; as tensões entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental; os compromissos internacionais e debates sobre a soberania nacional; as dimensões dos múltiplos atores domésticos e as disputas entre ministérios e entre grupos econômicos; os impactos e as preocupações das mudanças climáticas para a segurança alimentar, energética e sanitária; a matriz energética brasileira e a discussão sobre a transição energética.
- A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (UNCHE), em 1972, em Estocolmo; a relação entre crescimento econômico e a deterioração dos recursos naturais; o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); a clivagem Norte/Sul no debate ambiental; a relação desenvolvimento e proteção ambiental; o regime militar e a postura defensiva do Brasil; o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978; o Relatório Brundtland, de 1987, e desigualdade Norte/Sul como questão estrutural dos problemas ambientais críticos; o debate sobre desenvolvimento sustentável; a decisão da organização de uma Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).
- A redemocratização brasileira e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92); a participação brasileira na governança global desde o final dos anos 1980; Brasil como potência ambiental emergente; a proposta do Brasil para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “A Cúpula da Terra”; a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e o lugar institucional das Conferências das Partes (COPs) na governança do clima; o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas; a busca do Brasil por integrar e legitimar uma ordem internacional global nos anos 1990; a posição brasileira levada adiante com os primeiros governos Lula
- COP3 e o Protocolo de Quioto, em 1997; a responsabilidade dos países desenvolvidos pelo corte de emissões de poluentes; defesa brasileira do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas;
- Governos Lula e as propostas de políticas ambientais e fundos; a criação do Fundo Amazônia para o combate do desmatamento com financiamento internacional; Brasil: modelo exportador para países do Sul; Brasil: ator político importante nas negociações internacionais; a apresentação do Plano Nacional sobre Clima e o anúncio de metas voluntárias de emissão de gases de efeito estufa na COP15, em Copenhague, em 2009; a coalizão BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) como bloco de negociação no contexto de uma governança climática global.
- Governos Dilma; a Rio+20 e a contribuição do Brasil para o financiamento climático de países em desenvolvimento; a COP21 e o Acordo de Paris, em 2015; a adoção das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs); a reafirmação do Brasil como potência emergente em negociações climáticas; a Cooperação Técnica na área ambiental.
- O Governo Bolsonaro e o encolhimento brasileiro em questões climáticas; o bloqueio de repasses para o Fundo Amazônia. A retirada dos EUA do Acordo de Paris e os efeitos na Política Externa Brasileira sob Bolsonaro.
- O terceiro governo Lula; a busca pelo retorno do protagonismo brasileiro em temas ambientais e climáticos; uso de plataformas multilaterais (G20, COP30) para retomada de um papel central na governança climática global; tensões domésticas (agronegócio, desmatamento e políticas energéticas) e pressões externas (EUA, UE e China).

3) Adequação à Bibliografia:

1) Bibliografia básica indicada no Edital Complementar ao Edital PROGEP nº 94/2025.

2) Bibliografia específica:

Barros-Platiau, Ana Flávia; Varella, Marcelo Dias; Schleicher, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. *Rev. Bras. Polít. Int.* 47 (2): 100-130 [2004].

Barros-Platiau, Ana Flávia. When emergent countries reform global governance of climate change: Brazil under Lula. *Rev. Bras. Polít. Int.* 53 (special edition): 73-90 [2010].

Edição da *Revista Brasileira de Política Internacional*, Volume: 62, Número: 2, Publicado: 2019. <https://www.scielo.br/j/rbpi/i/2019.v62n2/>

Estevo, J., Thomaz, L., & Gondim, A. (2024). Mudanças climáticas e a transição energética: caminhos para reconstrução da política externa brasileira. *Revista De Geopolítica*, 15(5), 1.

Lago, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília, FUNAG, 2006.

SANDRA APARECIDA CARDOZO

Presidente da Comissão Julgadora do EDITAL PROGEP Nº 100/2025

Portaria de Pessoal UFU Nº 5622, de 21 de agosto de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Aparecida Cardozo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/09/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6716115** e o código CRC **13BF34FD**.